

Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória

Dr. Gilmar Mascarenhas (UERJ – Rio de Janeiro)

Fátima Cristina da S. Borges (UERJ – Rio de Janeiro)

Recebimento/Aprovação:

Artigo recebido em outubro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008

Resumo:

Os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro-2007, enquanto megaevento esportivo e grande projeto de desenvolvimento urbano, promoveu várias intervenções na geografia da Cidade do Rio de Janeiro. Podemos destacar o projeto urbano para o Parque do Flamengo, mais precisamente na Marina da Glória, puramente em função de interesses privados, pois não relacionados diretamente às necessidades específicas do evento esportivo. Tais intervenções demonstram a natureza autoritária e empreendedorista da política urbana local, que utilizou a força simbólica deste megaevento como justificativa para a agressão a áreas verdes protegidas por lei e redução de espaços públicos democráticos na cidade.

Abstract:

Between the urban entrepreneurship and democratic management of the city: Dilemmas and impacts of Panamerican Games 2007 in Marina da Gloria.

The Pan American Games of Rio de Janeiro-2007, while sport mega-event and a large urban development project, promoted several interventions in the geography of the city of Rio de Janeiro. We can emphasize the urban project for the Parque do Flamengo, and more precisely in Marina da Gloria, on the basis of purely private interests, non directly related to the specific needs of the sporting event. Such interventions demonstrate the authoritarian and entrepreneurship nature of urban policy, which used the symbolic force of this mega-event as a justification for aggression in green areas protected by law and reduction of democratic public spaces in the city.

1. Introdução

A cidade do Rio de Janeiro realizou o maior evento esportivo de sua história, e da própria história do Brasil. Na condição de Grande Projeto de Desenvolvimento Urbano, os Jogos Pan-Americanos (doravante Pan-2007) envolveram uma ampla coalizão de interesses: as três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e diversas empresas privadas. Considerando o conjunto das intervenções urbanísticas (embora concentradas em determinados locais) e seus impactos, um re-arranjo na geografia da cidade foi se consubstanciando.

Para quem se propõe a analisar este processo em sua amplitude, o primeiro questionamento suscitado se direciona ao retorno social dos investimentos públicos. Questionamento particularmente importante numa cidade cuja estruturação interna é historicamente marcada pela profunda exclusão socioespacial, e que ainda em nossos dias apresenta uma gama lamentável de problemas crônicos de habitação, saneamento, transportes, infra-estrutura médico-hospitalar, dentre outros.

No plano do debate sobre a gestão da cidade, cumpre refletir sobre o modelo político-administrativo empregado e os canais de participação da sociedade civil. É neste último campo que se situa nossos apontamentos neste artigo. Desde a candidatura para realização dos jogos, passando pela formação do CO-Rio (comitê gestor do evento) e pela administração dos recursos e implementação das operações, o executivo municipal manteve alijados de todo o processo decisório, amplos segmentos da sociedade carioca, a despeito de suas reivindicações constantes de participação.

Dentre as polêmicas intervenções urbanísticas do Pan-2007 se insere o projeto de “modernização” da Marina da Glória, no Parque do Flamengo. Trata-se de um espaço de lazer originalmente concebido para uso público, que já sofreu ilegal apropriação privada e que se

tornou alvo de nova investida empreendedorista, que pretende alijar de vez o acesso público e democrático, convertendo-o em espaço de consumo mercantilizado destinado sobretudo às elites e ao turismo internacional. Tal intervenção repercutiu amplamente na mídia, em função da vigorosa reação da sociedade civil, através dos movimentos sociais articulados pelo Comitê Social do Pan e pelo S.O.S Parque do Flamengo.

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve análise sobre este processo de confronto entre duas concepções muito distintas de gestão da cidade. Entre um modelo de cidade empreendedorista (Harvey 2005), que produz lucrativos e segregados espaços de lazer voltados para o consumo daqueles que podem pagar, e um modelo de cidade mais democrático, que valoriza os espaços abertos e de franco acesso, locais de encontro plural.

Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre uso e apropriação nos espaços públicos da grande cidade capitalista. Tomamos os espaços públicos como lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados em relação aos processos decisórios na gestão da cidade: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública; os demais, quando podem, se organizam e lutam por uma territorialidade alheia ao projeto dominante (Mascarenhas 2005).

Este artigo se divide em três segmentos. Inicialmente, propomos um debate em torno do empreendedorismo urbano, buscando estabelecer seus conteúdos e principais aspectos, relacionando-os à experiência de gestão da cidade durante o planejamento e realização do Pan-2007. A seguir, traçamos um panorama resumido dos espaços públicos de lazer na cidade capitalista, analisando o significado dos grandes parques urbanos, para compreender e contextualizar o Parque do Flamengo e sua Marina da Glória. No terceiro e último segmento, apresentamos e discutimos o projeto de intervenção urbanística no referido parque, por ocasião

dos preparativos e da realização do Pan-2007 e avaliamos os conflitos entre este modelo empreendedorista e o sentido da gestão democrática da cidade.

2. O Pan-2007: experiência de empreendedorismo urbano?

David Harvey (2005) aponta os anos setenta como ponto de inflexão da reestruturação da economia mundial, ainda que necessário considerar que esse processo é anterior à década citada, mas é a partir deste marco que o rebatimento da mudança do capitalismo se efetiva nas cidades. De acordo com o autor há uma relação direta entre as novas formas de produção e gestão nas cidades capitalistas, transição de um regime fordista-keynesiano para um regime de “acumulação flexível” e a mudança do paradigma do administrativismo para o empreendedorismo urbano. Pode-se aduzir a isso o papel decrescente do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros internacionais, assim como, na capacidade deste de repassar recursos financeiros para as municipalidades. Isto resultou na necessidade das cidades buscarem no mercado de capitais insumos para realizarem suas funções, assim passaram a competir entre si, buscando maximizar as suas potencialidades para se tornarem atrativas ao capital, adotando o empreendedorismo como modelo de gestão.

A cidade empreendedorista está inserida no processo de reestruturação capitalista, onde se identifica a ressignificação política do Estado-Nação, assim como das cidades, tendo estas o novo status dentro da emergente formação discursiva do desenvolvimento capitalista. Tal modelo de cidade obedece, segundo Compans (2004), a um padrão de comportamento dos atores locais, em particular do poder público municipal, que está presente em diferentes localidades que adotam o empreendedorismo como paradigma de gestão. Ainda conforme a autora:

Esse padrão de comportamento diz respeito à assunção de um papel dirigente do governo local na promoção do desenvolvimento econômico - seja na inversão direta de recursos na modernização de infra-estrutura

urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza legal ou burocrática à valorização dos capitais privados - , à participação crescente do setor privado na gestão de serviços e equipamentos públicos, à busca de construção de consenso social em torno de prioridades “estratégicas” de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos (ibidem: 20).

A gestão urbana empreendedora pressupõe, não apenas um governo local, mas uma coalizão de forças que estudiosos (Harvey 2005 e Ascher 1998) da temática denominam de governança urbana, que tem como premissa atuação conjunta do governo local, iniciativa privada e sociedade civil.

Atualmente a parceria público-privada é um instrumento utilizado em larga escala como justificativa de dinamizar os processos de intervenção urbana, onde os governos de cidades se integram à iniciativa privada local para atração de fontes externas de financiamento, portanto esse instrumento, representa o elemento principal para a consolidação do empreendedorismo (Harvey 2005). É importante ressaltar que essas parcerias resultam, quase sempre, em intervenções pontuais e especulativas, priorizam a economia do lugar em detrimento da economia do território, sendo este entendido como espaço para implementação de projetos econômicos mais amplos que visam o desenvolvimento social (educação, moradia, saneamento básico entre outros).

No cenário pós anos 70, o governo urbano adota uma postura inovadora e empreendedora, buscando explorar todos os tipos de possibilidades no sentido de promover o desenvolvimento econômico. As construções de complexos turísticos e de lazer, centros de exposição, museus, shopping centers, revitalização de centros históricos, são intervenções que compõem o repertório de ações do modelo empreendedorista, acentuando a competição entre cidades. O desenho de cidade empreendedora elaborado por Harvey (2005) pressupõe quatro estratégias fundamentais para sua implementação:

- Oferecer vantagens locais para atrair investimentos nacionais e internacionais, como subsídios (renúncias fiscais, aquisição de terrenos, crédito barato), flexibilização legislativa, oferta de mão-de-obra e infra-estrutura urbana;

- Consolidação de um mercado consumidor estável;

- Conformação de um pólo de serviços avançados referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia);

- Garantia da redistribuição de superávits pelos governos centrais para o desenvolvimento social (saúde, educação, moradia etc).

É importante ressaltar que as estratégias não são excludentes entre si, pois ao desenvolver uma estratégia é possível que implique em acessar uma segunda ou mais estratégias.

O empreendedorismo urbano, portanto, assenta-se na parceria público-privada com ênfase no desenvolvimento econômico através das intervenções especulativas do lugar, que atendam a objetivos imediatos, em detrimento das melhorias das condições sociais num território específico (Harvey 2005).

O modelo empreendedorista, de maneira geral, utiliza como instrumento de política urbana o planejamento estratégico que foi concebido nos Estados Unidos, na década de 60, com vistas à gerência de empresas. De acordo com Amêndola (2002):

Pensar e intervir estrategicamente nas cidades é criar um ambiente competitivo a partir dos grandes empreendimentos suscetíveis aos grandes negócios, às transações econômicas e aos grandes eventos culturais. Portanto o planejamento estratégico da cidade é uma adaptação da gestão empresarial, que toma decisões considerando o ambiente externo regidos pelos princípios mercadológicos.

Adaptação e flexibilização são características que as cidades tem que apresentar para que de forma célere as transformações urbanas sejam efetivas e ganhem visibilidade e notoriedade

dentro de um certo escopo do pensamento urbanista que lhes garantam um “selo de qualidade” de que estão aptas a participarem do mercado mundial de cidades.

No Rio de Janeiro o planejamento estratégico foi aprovado como modelo de planejamento urbano no final de 1995, no primeiro governo César Maia. Apesar de ter sofrido algumas reformulações (de “Rio sempre Rio” para “as Cidades da Cidade”) ainda vigora esse modelo de planejamento.

O Planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro está baseado no modelo Barcelona elaborado nos anos 80, que teve como projeto âncora, as olimpíadas de 1992, quando grande volume de investimentos foram aportados para a cidade pelos poderes público e privado impactando o espaço urbano catalão.

Segundo os idealizadores do planejamento estratégico de Barcelona, o modelo deve ser adotado pelos poderes locais em razão das cidades estarem nas mesmas condições e desafios que as empresas. Castells aponta que durante longo período a “questão urbana” remetia a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamento de consumo coletivo entre outros, mas que agora a questão urbana teria como nexos centrais a problemática da competitividade urbana (Borja e Castells, apud Vainer 2002:76).

Ao pensar a política urbana na cidade, temos superpostos dois modelos antagônicos de gestão urbana: a estabelecida no plano diretor instituído em 1992 e a gestão estratégica, tendo esta última se constituído hegemônica, implantada em 1995. Compans (2004) nos afirma, em relação ao Plano diretor de 92, que grande parte dos instrumentos e dispositivos incluídos no plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro tem como orientação o predomínio do interesse público sobre o privado. E que eles têm por objetivo concretizar as grandes bandeiras do Movimento Nacional de Reforma Urbana, são elas: democratização de acesso a terra, à infraestrutura, aos serviços urbanos e à gestão democrática da cidade.

Por fim faz-se necessário destacar um importante instrumento que compõem o empreendedorismo urbano, o marketing de cidade, ou seja, a construção de uma imagem da cidade que seja atraente aos investimentos e que facilite um consenso político.

Para que o planejamento estratégico se efetive será necessário legitimar o projeto de despolitização, ou seja, negação da cidade enquanto espaço político, através da criação de um consenso que exigirá que a cidade esteja unificada em torno de um projeto comum (Vainer 2000), constrói-se um projeto ideológico ancorado “em dois elementos solidários: a necessidade de uma consciência de crise e o patriotismo de cidade”(ibidem: 92).

Como o sentimento de crise pode ser passageiro, transforma-se o mesmo num sentimento consistente de patriotismo de cidade, visando uma promoção interna desta, dotando os seus “habitantes de patriotismo cívico, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe” (Borja e Castells apud Vainer 2000:94).

Assim, o *patriotismo* de cidade é resultado e condição do planejamento estratégico enquanto discurso e projeto de cidade:

criar consciência ou patriotismo de cidade - eis o elemento-chave para o estabelecimento, em bases permanentes, da cooperação público-privada e para a posterior difusão do pensamento estratégico entre os agentes econômicos e sociais da cidade (Forn y Foxà, apud Vainer 2000 :95).

O compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios, a abdicação do poder a um líder carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas, é o preço que as cidades pagam para poderem competir com outras cidades a possibilidade de serem escolhidas para novos investimentos e eventos (Vainer 2000).

Um grande evento é uma das estratégias para alcançar o patriotismo de cidade. No caso do Rio de Janeiro foi feito um grande investimento pelo poder público junto à mídia para criar e difundir o consenso e a participação dos cidadãos nos Jogos Pan-Americanos de 2007.

A cidade, em 2002, conquistou o direito de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, evento que teve visibilidade internacional e foi o principal projeto do atual governo César Maia. O projeto do Pan ocorreu com várias ações autoritárias por parte da gestão municipal, o que levou a vários questionamentos feitos pelos moradores da cidade, principalmente em torno dos elevados gastos públicos e das intervenções urbanística, alterando o espaço interno da cidade. De um lado, os administradores e os empresários defenderam a realização dos Jogos com o discurso de que o evento, divulgando uma boa imagem da cidade, teria como consequência novos investimentos, aumentando a oferta de empregos. De outro, grupos sociais contestando veementemente o discurso oficial, argumentando que os Jogos só serviriam para atender aos interesses privados, principalmente os do mercado imobiliário.

O gasto foi muito além do previsto inicialmente, totalizando R\$ 3,3 bilhões incluindo as três esferas de governo¹. Os investimentos foram alocados, em maior quantidade, nas áreas mais privilegiadas da cidade, ou seja, na Barra da Tijuca e no seu entorno. O projeto não procurou uma abordagem integradora, que buscasse enfrentar os problemas da cidade e que vislumbrasse a possibilidade de um desenvolvimento sócio-espacial como ocorreu em Barcelona. (Mascarenhas 2007). O Pan foi muito mais um projeto de marketing, pois não teve como proposta o desenvolvimento do esporte na cidade, no seu sentido comunitário, sócio-educativo, de formação do cidadão, mas basicamente foi utilizado como poderoso discurso a justificar as lucrativas operações urbanístico-empresariais (ibidem).

Neste sentido, várias ações foram realizadas na cidade buscando atender aos interesses do mercado imobiliário em detrimento da cidade, por exemplo, a construção da Vila Olímpica com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), remoções das comunidades pobres na Barra, construção de novo estádio olímpico e tentativas de privatização dos espaços públicos,

¹ Relatório do Tribunal de Contas da União. Jornal o Globo, 25 de setembro de 2008, p.24

caso da Marina da Glória e do Estádio de Remo da Lagoa. São ações voltadas para favorecer a especulação imobiliária, beneficiando empreiteiras, promovendo a valorização fundiária, implantando moderna infra-estrutura (telecomunicações) em áreas nobres, assegurando a permanência de grupos políticos no executivo local (ibidem). Assim fica evidente que o PAN, enquanto evento, não foi um projeto para o desenvolvimento da cidade, mas muito mais um projeto de marketing e de beneficiamento de grupos privilegiados, principalmente do setor imobiliário.

Como nos mostra Brandão (2001:1) no modelo de planejamento esboçado acima bastaria um lugar se mostrar diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade e eficiência para ser inserido na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local aos negócios” tem levado os lugares a endividamentos, comprometendo as finanças locais por longo prazo e negligenciando as questões estruturais do país e de todas as suas regiões.

É necessário salientar que qualquer projeto de desenvolvimento que vise realmente produzir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos deve não se restringir ao local, nacional ou global, precisamos pensar nas interações espaciais, só é possível haver desenvolvimento na escala local, se houver nas outras escalas, pois concordando com Vainer (2001:147) qualquer projeto de transformação envolve, exige e engaja táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos. A transescalaridade é necessária tanto para abordagens analíticas, quanto do ponto de vista da construção de estratégias políticas.

Como alternativas necessárias para que se rompa radicalmente com a perspectiva competitiva e se construam cidades mais justas e que apresentem melhorias de condições de vida

para a maioria da população que está a margem da sociedade, antes de mais nada, temos que a política local deve ser concebida como parte de uma estratégia transescalar, pois a escala local em si não é suficiente para enfrentar o modelo civilizatório capitalista. Vainer (2001) nos apresenta algumas premissas para que seja possível construir uma alternativa ao modelo de planejamento urbano que estamos vivenciando. De acordo com o autor, só haverá mudanças efetivas de distribuição de renda e recursos através da organização e luta dos setores populares: “A melhoria das condições de vida será efêmera e pouco consistente se não estiver apoiada na luta e na organização” (ibidem, p. 149). Sem a pressão popular, dificilmente se ultrapassará o patamar das pequenas concessões. A sociedade civil deverá exigir democratização nas decisões sobre o que será realizado na cidade com os recursos públicos. Vainer (2002), no artigo: "A escala de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?", buscou traçar objetivos que orientem um projeto de revolução urbana permanente. Esta se expressa e combina os múltiplos objetivos e escalas de maneira diferenciada em cada cidade. O autor concluiu que a revolução urbana é algo a ser inventado e reinventado a cada momento.

Como já vimos acima uma das maneiras do planejamento estratégico se efetivar é através dos grandes eventos internacionais como também pelos processos de revitalização em áreas e/ou equipamentos urbanos. O caso da Marina da Glória é emblemático. Localiza-se no Parque do Flamengo, numa das áreas mais nobres da cidade, com grande valor paisagístico. Tal equipamento foi selecionado para sediar a disputa de velas nos Jogos Pan-Americanos. No projeto arquitetônico foram propostas alterações na sua forma-conteúdo, descaracterizando a marina em suas funções primárias, ou seja, náuticas. A partir da construção argumentativa da importância da marina para os Jogos Pan-Americanos foram elaboradas propostas para transformar a área num grande centro de negócios destinado às elites e ao turismo internacional.

3. - Parque do Flamengo, um patrimônio público



Figura 1- Vista do Parque do Flamengo- autor: Nelson Kon, Fonte:www.vitruvus.com.br/ minha cidade- em 23/10/2008

Os espaços “verdes” nas cidades possuem uma história associada ao projeto dominante de controle social. Mikhail Bakhtin (1987) percebera o advento dos jardins públicos burgueses dos séculos XVII e XVIII como investida disciplinar que substitui a velha praça medieval, “espaço popular da espontaneidade, da festa, do escárnio” e da familiaridade. Richard Sennett (1995) corrobora: o jardim vai instaurar a ordem pública, fazendo os homens agirem como atores do palco civilizado da nova e possível sociabilidade entre anônimos. Espaço para caminhadas serenas e contemplação-louvação do verde-santuário do arvoredo.

O século XIX produziu grandes cidades nos países em rápida industrialização. E nelas o debate urbanístico, preocupado com o potencial de conflito social, centrou esforços no discurso higienista, base das grandes reformas urbanas do período, que encontram na Paris de Haussmann a referência maior. Reformas que expulsaram os “infectos” trabalhadores das

congestionadas áreas centrais, abriram amplos e retilíneos bulevares “anti-barricadas” e produziram os grandes parques urbanos. Parques que se diferenciam dos jardins públicos por sua vasta superfície e pela preferência a espaço gramados, abertos e aptos para a vigilância (Mascarenhas, 2003).

A difusão dos grandes parques se insere no projeto de institucionalização em massa do tempo livre, um fenômeno relacionado ao modo de vida urbano e, sobretudo à opressão do trabalho nas fábricas. Seu advento se insere, portanto, no contexto mais amplo das novas formas de reprodução da força de trabalho nos marcos do capitalismo industrial². Não por acaso, foi na Inglaterra vitoriana (1851 -1901), a grande potência industrial de então, que primeiro se faz notar uma política de difusão de espaços recreativos para os trabalhadores. Os famosos parques vitorianos, ainda hoje um atributo da paisagem urbana inglesa, se espalharam pelas cidades, e consolidaram todo um conjunto de novas práticas sociais de uso disciplinado e “legítimo” do tempo livre, destinado ao recreio ativo (distinto do romantismo dos aristocráticos jardins públicos de inspiração francesa) em espaços abertos.

Como expressão do urbanismo progressista (Choay 1982), o plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro pressupunha um zoneamento da cidade, no qual, entre cinco zonas estabelecidas, uma era a dos *espaços livres e reservas arborizadas*. Tais espaços cumpriam a função de “respiradouro urbano”, dentro da concepção de cidade como organismo vivo (Almeida 2006). De certa forma, este plano se insere numa perspectiva de urbanismo que busca integrar funcionalmente o território da cidade, e nesta integração, embora se considere a premissa da separação das classes sociais no espaço, um grande parque público surge como possibilidade de encontro, pelo acesso franco, de todos os grupos da sociedade.

² Segundo Knafou et al (1997:194) Karl Marx percebera esta mudança, ao anunciar que no período pré-capitalista apenas uma elite concebia o tempo livre como oportunidade de lazer, pois para a massa trabalhadora o uso deste escasso recurso se resumia ao necessário descanso e lides domésticas, isto é, à reprodução da força de trabalho.

Os grandes parques urbanos se difundiram pelas metrópoles e centros industriais no final do século XIX e ao longo de quase todo o século XX. A difusão intensa do automóvel produziu a tendência para o formato californiano dos park-ways (Dupuy 1995), que produziram o típico subúrbio norte-americano (Berman 1987:291). É neste contexto que se projeta o Parque do Flamengo, destinado a cumprir importante função viária (acessibilidade a Copacabana e maior fluidez de conexão entre Centro e Zona Sul da cidade) e ao mesmo tempo oferecer um grande espaço público de lazer.

O Parque do Flamengo inaugurado em 12/10/1964 para ser uma área pública de lazer, é um dos mais importantes patrimônios urbano-paisagístico da cidade do Rio de Janeiro, foi projetado por arquitetos, paisagistas e urbanistas reconhecidos internacionalmente. Resultou do aterro sobre uma grande faixa da Baía de Guanabara, utilizando material proveniente do desmonte de morros cariocas.

No ano de 1965 toda extensão do Parque, aproximadamente 120 hectares, foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O tombamento além da área total do Parque estende-se ainda a 100 metros para dentro do litoral.

Dentre diversas situações de desrespeito ao que é público, por ocasião do Pan-2007, destacamos o processo de privatização do Parque do Flamengo, consubstanciado através do projeto de ampliação da Marina da Glória. A EBTE (Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia) explora comercialmente a área há mais de dez anos e recebeu como contrapartida do poder municipal, por colaborar com a realização do Pan, a renovação da concessão por mais trinta anos. Sobre esta intervenção, trataremos a seguir.

4. – Intervenções na Marina da Glória por ocasião do Pan-2007



Figura 2 - Vista aérea- Marina da Glória- Fonte:www.rio.rj.gov.br/riotur- em 23/10/2008

Tendo como base o relatório elaborado por uma comissão especial do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) do Rio de Janeiro, que analisou o projeto de ampliação da Marina da Glória e não o aprovou, vamos buscar compreender as intervenções urbanísticas que têm sido implementadas no Parque, comprometendo-o nos seus diferentes aspectos ambiental, paisagístico, cultural, recreativo e de uso público.

Fazendo um breve histórico podemos iniciar as intervenções já na década de 70 com o projeto Marina Rio que foi aprovado pelo IPHAN em 1976, pois já fazia parte de um programa de construções na área e constava na Planta Geral do Parque. Em 1984, foi assinado o contrato de cessão entre a Secretaria de Patrimônio da União e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, destinado à construção pelo concessionário, do Complexo Marina Rio. A área da Marina ficou sob a responsabilidade da RIOTUR (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.) que a cercou e isolou o acesso principal.

Em 1988, os projetos apresentados ao IPHAN receberam severas críticas do Conselho Consultivo, que ressaltava a necessidade de preservação do Parque do Flamengo como espaço público.

A prefeitura, em 1995, assinou contrato de concessão por dez anos com a EBTE, por uso das instalações, da exploração dos serviços com finalidade comercial, da gestão administrativa e da “revitalização” do complexo Marina da glória. Três anos após, em 1998, foi apresentado pela concessionária, o “Anteprojeto de Revitalização da Marina³”, com uma significativa expansão de sua área física. O IPHAN, reafirmando sua posição, não o aprovou. Diante da negativa, a concessionária entrou com Ação Ordinária na Justiça Federal e recebeu uma Antecipação de Tutela para realizar obras provisórias que constassem do projeto de 1998, o que foi confirmado por decisão de segunda instância em 2001.

Em 2005, temos um novo projeto de intervenção na área, semelhante ao anterior, mas agora em nome dos Jogos do Pan-2007, a empresa recebeu total apoio e incentivos do poder municipal. Foi mais um projeto que previa a transformação de área pública para área de negócios. Tratou-se de um megaempreendimento que fugiu completamente aos objetivos de uma marina, cujas obras avançaram sob a justificativa de urgência por conta da proximidade dos jogos.

No projeto de 2005, as intervenções foram divididas em dois grupos. O primeiro se destinava a sediar as competições náuticas do Pan, incluiu área de deck, píeres, garagem náutica que compreendia uma placa (15.800 m²) sobre o espelho d’água da enseada da Glória, criando uma plataforma onde seriam implantadas as construções, galpões, administração, vestiário, lojas de conveniência e estacionamento. A garagem impediria a visibilidade, com a altura variando entre 11 a 19 metros acima do nível do mar.

³ O projeto foi elaborado pelos arquitetos: Márcio Roberto, Roberto Garcia Roza com paisagismo de Haruyoshi Ono, Parecer 003/2006, p. 29.

O segundo foi relativo ao complexo turístico. Constava no projeto: terminal turístico, centro de convenções e de exposições, shopping center, salão de eventos, três novos restaurantes e um estacionamento para 2000 veículos. Totalizando uma área de mais de 100 mil metros quadrados de área construída. Além disso, também estava presente o cercamento de toda área da marina e a construção de chapas com aproximadamente 2 metros de altura sobre a murada que a contorna, com o argumento de dar mais segurança aos barcos dispostos na enseada da Glória. Segundo Benedicto (2008:116):

A proposta elaborada para o Complexo Marina da Glória comprometia (...) a integridade da concepção original do parque, visto que esta última não previa qualquer tipo de fechamento ou interrupção do continuum visual e funcional do parque, que seria aberto a visitação de todos.

A EBTE iniciou as obras e desmatou parte do Parque desrespeitando a legislação urbanístico-ambiental.



Figura 3 - Retirada da vegetação do parque ilegalmente com escavadeiras e tratores, em 29 /05/2006, Fonte: www.vitruvus.com.br/ minha cidade- em 23/10/2008



Figura 4 - Parque do Flamengo -obras em curso durante a madrugada, com retirada da cobertura vegetal em 29 /05/ 2006- Fonte: www.vitruvius.com.br maio de 2006 em 23/10/2008

Diante desses dados a sociedade civil tem se organizado através de diferentes entidades, como associação de moradores, o S.O.S Parque do Flamengo e o Comitê social do Pan, repudiando a apropriação indevida de um bem público por uma empresa privada que alterará em muito os diferentes usos que hoje temos no Parque principalmente como espaço de lazer.

Como resultado das mobilizações tivemos algumas conquistas, dentre elas ressalta-se a suspensão, em setembro de 2006, das reformas na Marina por determinação judicial. E em 29 de janeiro de 2007, o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos, informou ao Ministério Público Federal que “desistira” de realizar obras de expansão na Marina da Glória. Os

organizadores dos jogos admitiram que a ampliação da Marina, com a construção de uma garagem para barcos, não é essencial para disputa dos jogos, pois as instalações que ali existem são aceitáveis para a realização dos mesmos, optando assim pela utilização de estruturas temporárias. O Ministério Público anunciava que iria prosseguir com as investigações e os responsáveis pelas construções indevidas terão que responder civil e criminalmente.



Figura 5- Manifestação no Parque contra o projeto de privatização da Marina da Glória por conta do PAN-2007, Fonte: Arquivo pessoal de Joylce Domingues, novembro de 2006, integrante do movimento S.O.S Parque do flamengo, da associação de moradores da Glória e do Comitê Social do Pan.

É interessante perceber que no caso da Marina da Glória, devido as mobilizações que se deram através de atos públicos, monções de repúdio, denúncias constantes nos meios de comunicação e a postura firme do Conselho Consultivo do IPHAN, não cedendo as pressões externas, e a seriedade na avaliação da situação por conta dos procuradores do Ministério público, tivemos como resultado a confirmação do que já era previsto que, na realidade, o Pan

seria utilizado como argumento para entrega indevida dos bens públicos à iniciativa privada, com aprovação e empenho do gestor municipal.

Vale registrar que as estruturas da garagem, que seria construída para a competição, ainda permanecem na paisagem da Marina, como escombros de um projeto sem êxito, de uma obra embargada, mas, sobretudo expressão de uma empresa e uma gestão municipal que não zelam pelo patrimônio ambiental e paisagístico de uma cidade que se notabiliza mundialmente por suas belezas naturais.



Figura 6 - Bate-estacas abandonadas na enseada da glória pela EBTE, resultado da ilegalidade da obra embargada pelo IPHAN. Fonte: Arquivo pessoal de Joyce Domingues, novembro de 2006, integrante do movimento S.O.S Parque do Flamengo, da associação de moradores da Glória e do Comitê Social do Pan.

5. Breve conclusão

O tombamento do Parque do Flamengo foi realizado com objetivo principal de protegê-lo da especulação imobiliária, pois já existia, desde a sua criação, uma grande preocupação de não permitir que fosse construído algo além do que estava previsto na planta original. No entanto o que estamos assistindo é um desrespeito por parte do poder público municipal que tem concedido diferentes espaços públicos da cidade para as empresas privadas através de concessões. Os espaços antes públicos tornam-se acessíveis apenas a um seleto grupo de pessoas que pode pagar pelo seu uso em detrimento da população em geral.

O projeto de alteração da Marina da Glória, embora envolvendo a desobediência a questões legais, conta com amplo respaldo do governo urbano. Tal posicionamento do poder público local expressa a natureza empreendedorista do modelo de gestão urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro desde 1993, quando o prefeito, César Maia, iniciou seu primeiro mandato à frente do executivo municipal. A cidade é tomada não como um espaço político de todos, a polis, mas como um espaço destinado a oferecer prioritariamente oportunidades de lucro. Um espaço para os negócios, mais do que para atendimento das necessidades gerais de bem-estar de seus habitantes. O caso aqui estudado demonstra a agressão a princípios ambientalistas e à própria lei. Mas agride também aos pressupostos de um urbanismo voltado para a coletividade e para o estímulo aos espaços públicos abertos, de franco acesso. Demonstra a negação da cidade democrática, pois pressupõe decisões tomadas entre poucos, somente oferecendo ao empresariado a possibilidade de expressão de seus interesses.

Vimos o quanto o Pan-2007 se encaixa no modelo empreendedorista de gestão urbana, ao articular em torno de si um conjunto de interesses privados com amplo apoio do poder público, conformando um projeto de intervenção urbanística que, muito mais que se preocupar com a

viabilidade do evento, voltou-se para a realização de grandes negócios, mormente desrespeitando a legislação ambiental e urbana. Outro aspecto do Pan-2007 foi a natureza autoritária de sua concepção, planejamento e execução, não abrindo canais de debate democrático sobre seus objetivos e impactos. Por fim, o Pan-2007 ratificou um modelo de desenvolvimento urbano segregacionista, ao concentrar suas intervenções no entorno da Barra da Tijuca.

A impressão geral, ao se avaliar o legado deste megaevento, é que se perdeu uma grande oportunidade para o enfrentamento coerente de alguns problemas da cidade, considerando o volume inédito de recursos oriundos do Governo Federal. Parte destes recursos foi utilizada exatamente na derrubada de árvores e destruição de um trecho do Parque tombado e que é um dos símbolos da cidade, paisagisticamente concebido por Burle Marx. Recursos públicos foram gastos em projetos de elitização de uma área originalmente de acesso franco, visando oferecer aos poucos abonados o desfrute da paisagem e ambiência privilegiadas.

Contudo, as resistências se fizeram notar, através da organização da sociedade civil. E no caso específico da Marina da Glória, os resultados não são desprezíveis. Aqui o confronto entre dois modelos de gestão urbana se intensificou, e não permitiu, aos defensores do chamado planejamento estratégico, de cunho empreendedorista, ampliar a privatização e elitização do espaço urbano. A EBTE não conseguiu realizar seu projeto, e a cidade assim conseguiu preservar, além do princípio da legalidade, um pouco de seu verde e de sua beleza.

Referências

- ALMEIDA, Daniel Valter. 2006. Alfred Agache e o “aparelho respiratório” da cidade: concepções, proposições e realizações de espaços públicos de lazer no primeiro plano de remodelação, extensão e embelezamento da capital federal. Dissertação de mestrado em Geografia, UERJ. Rio de Janeiro,
- AMÊNDOLA, Mônica. 2002. O ordenamento urbano carioca sob a ótica do plano estratégico das cidades. *Revista geo- paisagem* vol.1, número 2.
- ASCHER, François. 1998. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta.
- BAKHTIN, Mikhail. 1987. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec.
- BARTH, Gunther. 1980. *City People: the rise of modern city culture in nineteenth century America*. Oxford: Oxford University Press.
- BENEDICTO, Danielle. 2008. *Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ (Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional).
- BERMAN, Marshall. 1986. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- BILLINGE, Mark. 1996. A time and place for everything: an essay on recreation, re-Creation and the Victorians. *Journal of Historical Geography*, 22 (4), 443-459.

- BORJA, Jordi. 1995. As cidades e o Planejamento Estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. In: *Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Tânia Fischer (org.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 79-99.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. X. 2003*. Belo horizonte: ANPUR, 2003. CD-Rom.
- BRUHNS, Heloisa Turini (org.). 2000. *Temas Sobre Lazer*. São Paulo. Editora Autores Associados.
- CHOAY, Françoise. 1982. *O Urbanismo em questão*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- COMPANS, Rose. 2004. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática –São Paulo*. Editora: UNESP.
- DUMAZEDIER, Jofre. 1973. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates.
- DUPUY, Gabriel. 1995. *Les territoires de L'automobile*. Paris: Anthropos.
- HARVEY, David 2005. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio, in: *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.
- IAB- Relatório da Comissão Especial do IAB/RJ para Análise do Projeto Nova Marina da glória.
- KNAFOU, Rémy el al. 1997. Une approche géographique du tourisme. *L'Espace Géographique*, 3: 193-204.
- LEFEBVRE, Henri. 1978. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península.
- _____. 1991. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Editora Moraes.
- MASCARENHAS, Gilmar. *Megaeventos Esportivos, Desenvolvimento Urbano e Cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro*

por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. IX Colóquio de Geocrítica. Porto Alegre-
28 de Maio a 1 de junho de 2007- UFRS.

_____. Espaços de sociabilidade na metrópole: sobrevivência, cultura e cidadania. IX simpurb
(Simpósio Nacional de Geografia Urbana), anais cd-rom. Manaus, 18 a 21 de outubro
de 2005.

_____. A cidade moderna e suas técnicas: uma nova espacialidade do tempo livre. Anais do
Encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica. Internacional (UGI)
(meio digital DC-ROM), Rio de Janeiro, junho de 2003.

MELO, Victor Andrade de. 2003. *Lazer e Minorias Sociais*. São Paulo: Ibrasa.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico II da Cidade do Rio de
Janeiro, Rio de Janeiro, As Cidades das Cidades.

_____. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/plano93_96>. Acesso em: 11 jul. 2003.

RYBCZYNSKI, Witold. 2000. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record.

SÁNCHEZ, Fernanda. 2003. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. Chapecó:
Editora Argos.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. 1996. A Insurreição do Uso. In: MARTINS, Jose de Souza
(org) *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, São Paulo, Hucitec.

SENNETT, Richard. 1995. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Cia.das Letras.

_____. 1997. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro:
Record.

VAINER, Carlos.B. 2000. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do
planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A
cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. As Escalas de Poder e o Poder das Escalas: O que pode o poder local?. In: Planejamento e Território – Ensaio sobre a Desigualdade – Cadernos IPPUR-UFRJ 2001-2/2002-1. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ – DP&A Editora, 2002. 13-31.

Endereço Eletrônico:

<http://br.geocities.com/comitesocialdopan/relatorioIAB.htm>

<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade>

<http://br.geocities.com/fporj/sosparquedoflamengo.htm>

Dr. Gilmar Mascarenhas: Professor Adjunto - Instituto de Geografia - PPGeo (Prog. de Pós-graduação em Geografia) - UERJ

Fátima Cristina da S. Borges: Mestranda em Geografia do PPGeo – UERJ.